

**A. I. Nº** - 279467.0047/07-8  
**AUTUADO** - LÚCIA MARTINELLI IERVESE  
**AUTUANTE** - ARNALDO OLIVEIRA NOVAIS  
**ORIGEM** - INFAZ JEQUIÉ  
**INTERNET** - 17.12.08

#### 4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

#### ACORDÃO JJF Nº 0392-04/08

**EMENTA:** **ICMS. 1.** SIMBAHIA. IMPOSTO NÃO RECOLHIDO. MICROEMPRESA. Comprovado nos autos que o autuado deixou de recolher no prazo regular ICMS do mês de maio/05. Infração caracterizada. **2.** ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. Falta de recolhimento, na qualidade de sujeito passivo, referente a aquisição de mercadorias relacionadas no Anexo 88, nos termos do art. 391-A do RICMS/BA. Comprovado recolhimento da exigência fiscal, além do reconhecimento do autuante em sua Informação Fiscal. Infração não caracterizada. **3.** ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA PARCIAL. ENTRADAS INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS PARA COMERCIALIZAÇÃO. FALTA DE PAGAMENTO DO IMPOSTO. É devido o pagamento na primeira repartição fazendária do percurso de entrada neste Estado, a título de antecipação parcial do ICMS, em valor correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual, nas entradas de mercadorias adquiridas para comercialização. Restou comprovado o pagamento de diversas notas relacionadas no demonstrativo fiscal. Infração parcialmente caracterizada. **4.** OMISSÃO DE SAÍDAS DE MERCADORIAS TRIBUTÁVEIS. ENTRADAS NÃO REGISTRADAS. PRESUNÇÃO LEGAL DE OPERAÇÕES NÃO REGISTRADAS. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. A falta de contabilização de entradas de mercadorias indica que o sujeito passivo efetuou pagamentos com recursos não contabilizados decorrentes de operações anteriormente realizadas e também não contabilizadas. Comprovada a ilegitimidade da presunção. Infração não caracterizada. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE** Decisão unânime.

#### RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 12/12/07, exige ICMS no valor de R\$ 1.062,54 acrescidos das multas de 50% e 70% em razão das seguintes irregularidades:

01. Deixou de recolher ICMS, no prazo regulamentar, na condição de Microempresa enquadrada no Regime Simplificado de ICMS (SIMBAHIA) - maio 2005 - R\$ 270,00 com multa de 50%;
02. Deixou de efetuar o recolhimento do ICMS por antecipação ou substituição tributária, na condição de microempresa, referente às aquisições de mercadorias provenientes de fora do Estado - R\$ 82,46, multa de 50%;

03. Deixou de efetuar o recolhimento do ICMS antecipação parcial, na condição de microempresa, referente às aquisições de mercadorias provenientes de fora do Estado - R\$ 663,29, com multa de 50%.

04. Omissão de saídas de mercadorias tributáveis apurada através da entrada de mercadorias não registradas. Consta na descrição dos fatos que o autuado deixou de informar na DME a totalidade das aquisições de mercadorias realizadas no exercício 2005, levantamento feito com base nas notas fiscais capturadas no CFAMT e que tal presunção, para contribuinte inscritos no SIMBAHIA está autorizada nos artigos 408L, 408P e 408S do RICMS/BA e em demais dispositivos legais – R\$ 46,79 e multa de 70%.

O autuado, em sua impugnação às fls. 27 a 28, preliminarmente, pede que seja julgado improcedente o presente auto de infração uma vez que na infração 02 houve lapso fiscal. As notas fiscais foram lançadas e foi pago o valor da antecipação parcial correspondente, conforme cópia do DAE anexo.

Diz que na infração 03, as notas fiscais foram também lançadas. A nota fiscal 268692 de 30.05.2005, lançada em 01.06.2005; nota fiscal 4780 de 22.11.2005, lançada em 01.12.2005; 667441 e 667438 (considerada na infração 01) de 29.11.2005, foram lançadas em 01.12.2005; a nota fiscal 2671 é de fornecedor do Estado da Bahia, não cabe antecipação parcial; as notas fiscais 679131, 5850, 320340 e 114537, todas de dezembro de 2005, foram lançadas em janeiro de 2006.

Com referência à infração 04, afirma que também tratou de equívoco fiscal tendo em vista que a nota fiscal que teria provocado a omissão, nº 268692, de 30.05.2005, já foi considerada na infração 03. Reconhece, no entanto, a infração 01 e parte da infração 03, no valor de R\$ 132,41 totalizando R\$ 402,41.

O autuante, à fl. 47, descreve resumidamente as infrações contidas no auto e afirma procedentes as alegações defensivas. Apresenta novos demonstrativos de débito, passando o valor total do auto para R\$ 402,41.

Pede pela procedência parcial do auto de infração.

## **VOTO**

Lavrado o presente auto de infração para exigência de diversas infrações: na primeira é cobrada falta de recolhimento do ICMS na condição de microempresa e enquadrada no SIMBAHIA (regime simplificado de apuração de ICMS); falta de recolhimento do ICMS por substituição tributária na condição de microempresa; falta de recolhimento de ICMS antecipação parcial; omissão de saídas de mercadorias tributáveis apurada através do não registro da entrada de mercadorias.

Das infrações contempladas no Auto de Infração, o autuado apresenta impugnação para as infrações de nºs 02 e 04, parte da infração 03, em consequência reconhece a procedência da infração 01, efetuando o recolhimento das parcelas reconhecidas, de acordo com documento extraído do SIGAT - Sistema integrado de pagamento da Secretaria da Fazenda (fl. 53), razão porque não existe lide para a infração 01.

Infração 02 - Deixou de efetuar o recolhimento do ICMS por antecipação ou substituição tributária, na condição de microempresa, referente às aquisições de mercadorias provenientes de fora do Estado.

O autuante apresenta levantamento a fl. 08, relacionando as notas fiscais 66741, 66438 e 675333. Verifico, no entanto, que o sujeito passivo apresenta comprovante do recolhimento das citadas notas fiscais, efetuado em 25.01.2006, conforme DAE, fl. 29. O autuante reconhece a procedência do pagamento em sua informação fiscal de fl. 48.

Infração 03 - Deixou de efetuar o recolhimento do ICMS antecipação parcial, na condição de microempresa, referente às aquisições de mercadorias provenientes de fora do Estado.

Apresenta desta feita o auditor fiscal, demonstrativo (fl. 10) relacionando as diversas notas fiscais, sobre as quais deve incidir ICMS antecipação parcial, conforme dispõe o art. 352-A, RICMS:

**Art. 352-A.** Ocorre a antecipação parcial do ICMS nas entradas interestaduais de mercadorias para fins de comercialização, a ser efetuada pelo próprio adquirente, independentemente do regime de apuração adotado, mediante a aplicação da alíquota interna sobre a base de cálculo prevista no inciso IX do art. 61, deduzido o valor do imposto destacado no documento fiscal de aquisição.

Alega o autuado que o autuante cometeu lapsos em não observar o exato mês dos lançamentos das diversas notas fiscais constantes em seu demonstrativo. Verifico, examinando as peças do presente auto que efetivamente o contribuinte efetuou recolhimento de ICMS antecipação parcial referente às notas fiscais a seguir discriminadas:

- a) nota fiscal 268692 – de maio /05, mas lançada em junho /06 – pagamento em 25.07.05 (fl. 33);
- b) nota fiscal 4780 – de novembro /05, mas lançada em dezembro /05 – pagamento 25.01.06 (fl. 29);
- c) notas fiscais 667441 e 667438 – de novembro /05, mas lançada em dez /05 – pagamento 25.01.06 (fl. 29);
- d) nota fiscal 2671 – fornecedor da Bahia, não cabe antecipação parcial;
- e) notas fiscais 679131, 5850, 320340, 1145372, - de dezembro/05, lançadas em jan/06 – pgto. 25.02.06 (fl. 38);

Assim, resta comprovado que apenas para as entradas das mercadorias através das notas fiscais 154277, de 01.07.2004 e 564508, de 28.01.2005 o contribuinte não fez prova do recolhimento do ICMS respectivo, e mais até, reconheceu o seu inadimplemento no valor total de R\$ 132,41. Portanto, procedente, parte da infração 03.

Por fim, quanto à infração 04 - Omissão de saídas de mercadorias tributáveis apurada através da entrada de mercadorias não registradas. Um lamentável engano fiscal. Não houve a infração. A nota fiscal 268692 (fl. 24), capturada no CFAMT (Controle Fiscal Automatizado de Mercadorias em Trânsito) e que serviu de base para apuração da omissão de saída por presunção da falta de registro de notas fiscais de entrada, constava efetivamente dos controles do autuado, sendo feito o pagamento regular do ICMS antecipação parcial, conforme DAE de fl. 33. Assim, também, improcedente a infração 04.

Pelo exposto, restou comprovada a exigência da infração 01 e parte da infração 03, no valor total de R\$ 402,41, devendo ainda ser homologado a parcela já recolhida, conforme documento de fl. 53.

Voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **279467.0047/07-8**, lavrado contra **LÚCIA MARTINELLI IERVESE**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor total de **R\$ 402,41**, acrescido da multa de 50%, prevista no art. 42, I, “b” itens 1 e 3 da Lei n.º 7.014/96n e dos acréscimos legais, devendo ser homologado os valores já recolhidos.

Sala das Sessões do CONSEF, 09 de dezembro de 2008.

EDUARDO RAMOS DE SANTANA – PRESIDENTE

JOSE RAIMUNDO CONCEIÇÃO – RELATOR

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO - JULGADORA